



Falando De Direito

Publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves
Ano 6 - n° 16 - Abril, Maio e Junho de 2008

Ministério Público aprova contas de 2003 a 2006 da Fundação e elogia gestão

O Ministério Público aprovou as contas dos anos entre 2003 e 2006 da Fundação Margarida Maria Alves, de acordo com relatório encaminhado à entidade pela Curadoria das Fundações. As detalhadas prestações de contas, apresentadas há dois anos ao órgão, foram consideradas como “sinais indicativos de um bom gerenciamento” pelo curador Alexandre Jorge da Nóbrega. Para ele, a Fundação “vem, gradativamente, melhorando a administração de seus recursos, havendo harmonia entre as atividades desenvolvidas e o previsto no estatuto”.

Além de avaliar a questão financeira e o uso dos recursos doados à entidade, o curador também avaliou relatórios de atividades e os resultados que vêm sendo alcançados com o trabalho desenvolvido, cumprindo o que determina seu estatuto. Como

destaca o documento, os recursos recebidos de entidades internacionais e nacionais estão sendo devidamente aplicados em projetos sociais de formação jurídico popular.

“Através destes trabalhos, a Fundação vem contribuindo para que mais pessoas acessem a justiça, retomem os estudos, denunciem as violações dos seus direitos e lutem por melhorias para suas comunidades”, conclui o laudo pericial das contas, citado no relatório do curador.

De acordo com Alexandre, assim como a Fundação, outras entidades do setor estão passando pela mesma investigação, inédita na Paraíba, já que a Curadoria das Fundações foi criada há menos de dois anos. “Antes disso, as entidades não tinham para quem encaminhar suas prestações de contas dentro do MP e por isso não havia uma cultura de deixar o órgão inteirado sobre os resultados e a utilização dos recursos destinados a estas entidades”, acredita. Esta situação acabou provocando uma “enxurrada de processos”, o que está fazendo com que os pareceres sejam emitidos em ritmo ainda lento.

Além disso, as decisões têm sido baseadas no trabalho

minucioso feito pela perícia, o que atrasa ainda mais o posicionamento da Curadoria.

Ao todo, a Curadoria já analisou e emitiu parecer sobre a situação de 14 entidades paraibanas, sendo que oito delas foram aprovadas e as outras seis foram extintas. Para Alexandre, este resultado está dentro do esperado, mas as que foram reprovadas estão recebendo sanções que variam de acordo com o caso. Quando há desvio dos recursos, por exemplo, os gestores são obrigados a devolver o montante envolvido.

Para a coordenadora administrativa da Fundação, Maria das Graças Duarte, o relatório vem coroar o trabalho sério que a entidade tem, a duras penas, realizado na defesa dos direitos humanos na Paraíba. “Principalmente quando o que mais se fala hoje é da falta de credibilidade de outras entidades do terceiro setor, é uma satisfação ver nossos relatórios aprovados pelo Ministério Público, que é o órgão competente para fiscalizar este tipo de atividade”, comemora. As contas de 2007 devem ser encaminhadas até o fim deste semestre para passarem pela mesma avaliação



Resultado - Curador avaliou que Fundação está atingindo seus objetivos através dos projetos



Editorial

Ainda estamos na metade do primeiro semestre, mas a sensação geral é de que a campanha eleitoral para os municípios já está a todo vapor desde que 2008 começou. Na TV, nos jornais e nas rodinhas de conversa em qualquer lugar, vira e mexe o assunto entra na pauta, todo mundo fazendo previsões e especulando sobre o quadro político que vai se desenhar até o final do ano em toda a Paraíba.

Mas, no meio disso tudo, os calendários de toda a sociedade precisam se adequar ao movimento eleitoral. E o que, por um lado tem sua importância, já que mobiliza as pessoas no que é o momento mais importante de uma sociedade democrática, tem também uma face pouco produtiva, quando a discussão pára apenas na garantia de um bom lugar ao sol para quem já está no poder. E o país pára junto.

É preciso refletir sobre toda esta mobilização e também ficar de olho na aproximação de quem está interessado no nosso voto na hora de promovermos nossas próprias atividades, naturais da nossa ação dentro da sociedade civil. É urgente estar atento para que a ação perene das entidades não seja confundida com propósito eleitoral. E, no meio disso tudo, fortalecer o público de forma que ele participe deste momento com consciência e clareza. E que saiba separar o joio do trigo

EXPEDIENTE



Falando em Direitos

Esta é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos

Humanos Margarida Maria Alves.
Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
Tele-fax: 3221-3014

www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br

Jornalista responsável:

Aline Oliveira (1963/PB)
Fotos: arquivo da entidade
Tiragem: 1.000 exemplares

Apoio: Misereor
Impressão: F&A Gráfica e Editora

ONGs e acesso a fundos públicos no Brasil

Artigo de Ana Cristina Lima
Representante da ABONG na Paraíba

O debate sobre o acesso das organizações não governamentais (ONGs) aos recursos públicos passa necessariamente pela compreensão do conceito de organizações sem fins lucrativos e pela necessidade de um marco regulatório que considere as especificidades destas organizações na relação com o Estado. No Brasil, as ONGs fazem parte do universo do terceiro setor, que abriga uma diversidade de instituições – cerca de 300 mil – sob diversas formas jurídicas reguladas pelo Código Civil, e, portanto, de caráter privado.

Neste sentido, faz-se necessário explicitar que o conceito ONG é apenas político, ou seja, não existe formalmente e tem sido comumente usado de forma generalista, visto que, em nosso país, há apenas dois formatos jurídicos possíveis para organizações sem fins lucrativos – associações e fundações – com objetivos e perspectivas de atuação bastante distintos e, em alguns casos, até opostos.

Desde seu surgimento, em 1992, a Associação Brasileira de ONGs (ABONG) tem debatido junto às suas associadas, governo e sociedade civil a criação de um marco regulatório do acesso, uso e prestação de contas de recursos públicos por entidades sem fins lucrativos no Brasil. “Para a ABONG, o que está em questão é a definição em torno do que é ser sem fins lucrativos e ter sua atenção voltada para um fim público, isto é, não pautado pelo lucro, nem de caráter governamental”. Em diferentes contextos e na relação com redes de entidades da sociedade civil e movimentos sociais, tem-se vivenciado a necessidade de uma melhor definição jurídica, que reflita os avanços e complexidades da maturação política de organização da sociedade civil no processo democrático brasileiro.

Ainda que qualificações e recentes revisões do código civil reflitam movimentações em relação à legislação das sem fins lucrativos, há muita fragmentação e mesmo contradições jurídicas nos instrumentos existentes, gerando indefinições e problemas no que tange à construção das relações entre Estado brasileiro, nas suas mais diferentes instâncias, e entidades privadas sem fins lucrativos. Tais problemas têm tido maior expressão pública no que se refere ao repasse, utilização e prestação de contas de recursos públicos por parte de entidades privadas sem fins lucrativos, seja sob a forma jurídica de fundação, sejam associações.

“As organizações comprometidas com a defesa dos DH são fundamentais para a consolidação da democracia no Brasil.”

Considerando o momento em que a CPI das ONGs, no Senado Federal, pauta este debate, a ABONG reitera a necessidade de transparência e lisura no gerenciamento de recursos públicos assim como a apuração de irregularidades, considerando que o acesso e uso de recursos por entidades sérias, compromissadas com o aprofundamento da democracia e a defesa de direitos humanos, devem se constituir em norte para elaboração de uma nova regulação.

Neste sentido, consideramos que uma legislação específica que regulamente o acesso, uso e prestação de contas dos recursos públicos por organizações sem fins lucrativos deve ser pautada: 1) Por princípios democráticos e de desenvolvimento sustentável, com clara definição sobre o papel do Estado e da sociedade civil; 2) Por uma melhor compreensão sobre a natureza das organizações sem fins lucrativos e sua estrutural diferença das entidades privadas do mercado; 3) Sobre acesso e sentido do uso dos recursos públicos; e 4) No reconhecimento da importância e relevância do trabalho das ONGs para o fortalecimento da democracia e construção da cidadania em nosso país.

Frente aos problemas para as organizações sérias, no acesso e utilização de recursos públicos, e às denúncias emergentes em relação a organizações que os utilizam de má fé, faz-se necessária e urgente a construção de uma regulação que estabeleça novos marcos regulatórios, compreendendo que as organizações comprometidas com a defesa dos direitos humanos e o enfrentamento das injustiças sociais são fundamentais para a consolidação da democracia no Brasil.

Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?

Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na

Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.



Diversidade - Grupo é formado por cursistas de 18 a 58 anos, onze deles de Mari

Nova turma de Juristas Populares reúne 14 entidades diferentes

A diversidade é a principal característica da turma 2008 do projeto Curso de Formação de Juristas Populares, promovido pela Fundação Margarida Maria Alves

em parceria com a agência inglesa Cafod. Com uma faixa etária que varia de 18 a 58 anos e reunindo 14 entidades diferentes, o curso também mantém seu equilíbrio em relação ao nível escolar e à questão de gênero. O Encontro Introdutório aconteceu no dia 15 de março e as aulas terão continuidade até novembro.

Durante a abertura do curso, a expectativa era grande entre os novos cursistas, já ansiosos por começar a colocar em prática os conhecimentos que sabem que vão adquirir dentro do projeto. “A gente tem sede de informação porque lida com um povo que tem ainda menos acesso a ela e que precisa muito de orientação para solucionar uma série de problemas do dia a dia”, justifica Pedro Oliveira, representante do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN).

Uma das integrantes do grupo de 11 alunos que moram no município de Mari é a conselheira tutelar Maura Cavalcante, que buscou o curso como fonte de conhecimento para aprimorar sua atuação em defesa da infância e adolescência na cidade. Para ela, “esta é uma forma de ajudar a ampliar os resultados do trabalho que já vem sendo desenvolvido,

Turma 2008

Gênero:

11 homens
12 mulheres

Geografia:

11 entidades de Mari
11 de João Pessoa
1 de Santa Rita
1 de Bayeux

Faixa etária:

de 18 a 58 anos

Temáticas dos grupos:

Desenvolvimento comunitário
Transporte coletivo
Trabalho - comércio
Trabalho - rural
Moradia
Comunicação
Criança e Adolescente
Alcoolismo
Cultura
Educação Popular
Economia Solidária

mas que enfrenta muitas dificuldades”. Já Joay Néri, da rádio comunitária Sintonia da Ilha do Bispo, em João Pessoa, espera poder repassar tudo que aprender no curso para seus ouvintes. “Quando a gente tem conhecimento, tem autonomia e condições de lutar por uma vida melhor”, acredita.

A presidenta da Fundação, Maria do Socorro Praxedes, participou do encontro e destacou que o curso oferece muito mais do que se pode supor. “Finalmente, esta é uma chance de pessoas com pouca oportunidade na vida se apoderarem do conhecimento”, compara. Quem concorda é a coordenadora de projetos da entidade, Marcina Pessoa, que contou ter um zelo muito grande pelo curso por conta dos resultados já obtidos. “A gente vê que ele vem mudando a vida das pessoas e das comunidades, que o Direito realmente está sendo passado em diante e que muitos Juristas voltaram para as salas de aula formais”, comemora.

Esta é a nona edição do Curso de Juristas Populares, que já formou mais de 120 Juristas e ano passado foi certificado como tecnologia social pela Fundação Banco do Brasil.



Ministério aprova projeto para regularizar mil lotes e capacitar gestores públicos

O sonho de ter a propriedade da casa em que mora está mais perto para as cerca de mil famílias que moram na comunidade Laranjeiras, no José Américo, em João Pessoa. Um projeto da Fundação Margarida Maria Alves em parceria com o Ministério das Cidades vai tornar possível a regularização fundiária da região, uma área ocupada desde a década de 1970. A entidade ainda está aguardando a ordem de serviço para o início do trabalho, que deve durar um ano. Ansiosa, a comunidade espera mobilizada as primeiras providências da equipe.

De acordo com a coordenadora do projeto, Verônica Rodrigues, o cronograma prevê o levantamento topográfico de toda a área e o cadastro das famílias que moram lá, além de estabelecer um convênio com a Companhia Estadual de Habitação Popular (Cehap), proprietária dos terrenos. “A prefeitura de João Pessoa chegou a iniciar o mesmo trabalho, mas teve que parar por falta de recursos e, por isso, vai atuar como parceira da Fundação neste projeto”, conta.

O produto final do projeto será a regularização total dos lotes da comunidade, mas o início do trabalho aconteceu com o contato prévio feito entre a Fundação e as lideranças comunitárias, alguns deles Juristas Populares. Uma delas é Teodora Araújo, que revela o sentimento comum na vizinhança. “As pessoas estão muito esperançosas porque tem gente que há 30 anos vive sem certeza nenhuma de que vai continuar tendo direito ao lugar onde mora”, conta.

Há alguns anos, as famílias sofreram com as ameaças de que seriam despejadas pelo Instituto de Previdência do Estado (Ipep), mas o órgão voltou atrás quando viu o

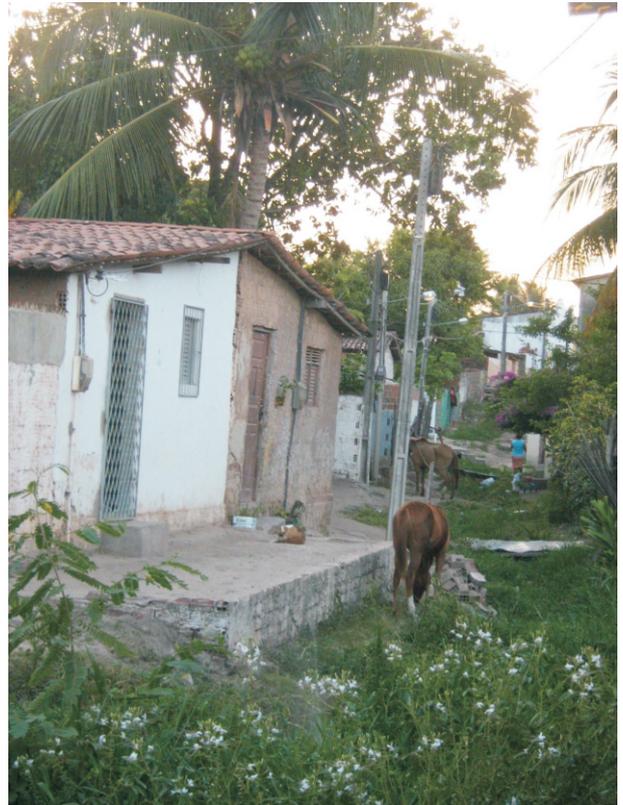
tamanho que a comunidade tinha tomado com o passar de quase três décadas. “Mesmo assim, a gente não tinha nada garantido, como não temos até agora”, lamenta Teodora. E como a maior parte da população não tem vínculo empregatício, mas “vive de bico”, não tem condições de buscar outra solução habitacional para a família.

A falta de regularização fundiária também piora os outros problemas enfrentados pela população, como a inexistência de rede coletora de esgoto, escola ou creche e as dificuldades de funcionamento do Programa de Saúde da Família. Como Teodora destaca, “por ser oficialmente apenas um terreno do Estado, fica difícil para a prefeitura dar solução aos problemas da área”.

Verônica explica que o projeto prevê o envolvimento da comunidade em todo o processo da regularização, através de oficinas e reuniões realizadas por técnicos da Fundação. “Esta é uma das partes mais importantes do trabalho, fazer com que o processo seja bastante participativo”, garante.

Cursos e oficinas

O projeto de regularização fundiária de Laranjeiras é um dos dois convênios que estão sendo firmados entre a Fundação e o Ministério das Cidades, sendo o segundo uma capacitação sobre os instrumentos do Estatuto das Cidades. Gestores públicos, estudantes, profissionais liberais



Comunidade - Moradores serão envolvidos na discussão

e técnicos de Organizações Não Governamentais são o público alvo do projeto, que também aguarda liberação dos recursos para ser iniciado.

Mas além deste público, as lideranças comunitárias terão vez dentro da programação de capacitações, já que haverá oficinas específicas para este grupo, com temática ampliada para incluir a mediação de conflitos fundiários urbanos. O projeto de um ano vai permitir que gestores e público estejam mais informados sobre o assunto, que ainda é pouco conhecido até mesmo das autoridades do setor. “Assim que resolvermos a parte burocrática, abriremos as inscrições para os interessados”, adianta Verônica.

Os dois projetos foram aprovados em seleções reguladas por editais lançados ano passado para todo o país e somam R\$ 155 mil em investimentos federais.



Juiz determina que Rosângela vá a Júri Popular

Um ano e meio depois de ter passado três dias presa acusada de tentativa de homicídio contra o marido, Rosângela Silva Santana, 39 anos, vai para júri popular por determinação do juiz José Aurélio da Cruz. A equipe de advogados que está atuando em defesa dela deu entrada em recurso para tentar modificar a decisão do juiz, mas até o fechamento desta edição, o pedido ainda não tinha obtido uma resposta da justiça.

A acusação foi motivada pelo tiro que Rosângela teria disparado contra o marido, o cabo da Polícia Militar Júlio Gaudino Santana Filho, que havia espancado a companheira antes dela conseguir pegar sua arma de trabalho. O incidente aconteceu depois da vítima ter tido suas roupas rasgadas com canivete ao ser questionada pelo agressor sobre o endereço de um ex-namorado, ameaçando-a também colocando o revólver em sua boca e amarrando-a no banco de trás do seu carro.

A violência aconteceu depois que os dois saíram de uma festa próximo à casa de Rosângela, que, em um momento de distração de Gaudino, pegou a arma e fugiu do veículo. Ao ser alcançada pelo agressor, Rosângela acabou

disparando um tiro no ar.

Depois disso, o cabo não apenas a prendeu como chamou outros colegas policiais, que chegaram em uma viatura e a levaram, por volta das 5 horas da manhã, para a 8ª Delegacia de Polícia de João Pessoa.

Enquanto aguarda uma resposta a respeito do recurso, Rosângela vive dias de tensão. “A sensação é a pior possível, mas estamos nos articulando para eu não ser pega de surpresa e poder me preparar”, revela. Apesar de ter sido alertada pelos advogados de que será difícil reverter a posição do juiz, ela acredita que ainda há tempo para se fazer justiça.

De acordo com a advogada da Fundação Margarida Maria Alves, Cândida Moreira Magalhães, que compõe a equipe que está fazendo a defesa de Rosângela na justiça, o ciclo de violência contra a vítima já tinha duas décadas. Três anos antes da prisão, cansada das agressões e humilhações a que era submetida, ela resolveu se separar, voltou a estudar e trabalhar, atuando hoje na Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres do município de João Pessoa. “Ela estava tentando se reerguer e retomando a vida que deixou de viver ao longo dos 20 anos de



Inversão - Processo trata vítima como ré casamento”, conta.

No ano anterior ao incidente, no entanto, as sucessivas tentativas de reaproximação e as constantes demonstrações de estar arrependido e disposto a mudar para reatar o casamento fizeram Rosângela voltar atrás na separação. Mas nos seis meses em que voltaram a morar juntos as cenas de violência voltaram a acontecer, motivando três denúncias à polícia, que não resultaram em nenhuma providência. O habeas corpus que libertou Rosângela foi concedido pelo desembargador Antônio Carlos Coelho, do Tribunal de Justiça da Paraíba, que atendeu ao pedido da advogada Josenice de Andrade, entendendo que Gaudino havia invertido a situação de violência

Plano Diretor de João Pessoa ainda não seguiu para a Câmara

Com audiências públicas esvaziadas e a não divulgação da proposta da prefeitura, o Plano Diretor de João Pessoa continua sem previsão de ser encaminhado para a Câmara dos Vereadores. De acordo com o representante do Fórum Estadual de Reforma Urbana (Ferurb) na comissão gestora do Plano Diretor, Yure Lima, o grande entrave é que a prefeitura ainda não disponibilizou o documento com as modificações propostas. “Nem mesmo a comissão teve acesso a este texto atualizado ainda”, reclama.

As audiências aconteceram no mês de março em Mangabeira, Miramar e Centro, mas reuniram um

público considerado pequeno. Além disso, Yure destaca que a idéia de audiência pública tem sido mal compreendida pelos gestores públicos, já que elas não devem servir apenas para referendar o que já foi proposto pela prefeitura. “As audiências são o espaço para que a população se posicione, exponha sugestões e também critique a proposta oficial. É a partir desta discussão que deve surgir o texto que será encaminhado para a apreciação da Câmara Municipal”, explica.

Outra idéia considerada equivocada é a de revisão, já que ela não significa uma simples adequação ao Estatuto das Cidades, mas uma avaliação do que precisa ser realmente feito e do que precisa continuar. Paralelo a

isso, as discussões não têm envolvido todos os gestores necessários, fazendo com que a técnica fique separada da política, mantendo o processo “estancado” por falta de comunicação entre as partes.

Depois de realizadas as audiências oficiais, os movimentos estão promovendo novas plenárias para levar o debate para outras comunidades, tentando enriquecer o processo. Alto do Mateus e Gervásio Maia já estão no calendário e outros bairros serão contemplados. “Vamos tocando as conversas com a prefeitura enquanto envolvemos mais gente nas propostas para o Plano”, prevê Yure.

Rede de Juristas Populares celebra cinco anos e comemora avanços na democratização do Direito

Rede de Juristas Populares

A chance de trabalhar de forma articulada e de trocar experiências entre os grupos onde os Juristas Populares estão inseridos, além da conquista de benefícios para as comunidades envolvidas e a difusão do conhecimento do direito entre a população. Esses são alguns dos motivos apontados para celebrar os cinco anos da Rede de Juristas Populares, data que será marcada por um ato cultural envolvendo artistas populares de João Pessoa, Santa Rita, Bayeux e Forte Velho, no dia 27 de abril. A festa, que acontece no Sesc Centro, na capital, durante toda a manhã, marca o início de uma fase cheia de desafios, entre eles o de articular mais Juristas e de chegar mais longe com as atividades desenvolvidas.

A Rede surgiu em 2003 da necessidade de saber por onde andavam os Juristas já formados e

que estavam atuando dentro de seus grupos e comunidades, de forma a acompanhar melhor os resultados do projeto Curso de Juristas Populares, promovido pela Fundação Margarida Maria Alves. “Quando eu ainda estava no curso, a gente se perguntava onde os Juristas já formados estavam e se os conhecimentos adquiridos no curso estavam sendo multiplicados dentro das comunidades”, lembra uma das fundadoras da Rede, Socorro Miranda. Foi daí que começou a inquietação que resultou na criação da Rede.

O quadro social que se via naquela época não era muito diferente do que se vê hoje, mas com uma grande diferença, na opinião dos Juristas: a mobilização das comunidades em torno do que elas sentiam tanta falta e descobriram ser um direito garantido, mas pouco respeitado. “Muita coisa evoluiu desde então, nada ficou parado. Hoje temos contato com os companheiros e vemos que as pessoas estão se mobilizando para melhorar a qualidade de vida nas comunidades e lutar por esses direitos”, acredita o Jurista Antônio Siqueira. Para ele, este contato permite que as lutas locais sejam fortalecidas e que haja uma intensa troca de experiências.

Hoje, a Rede de Juristas Populares conta com o apoio da agência da Cooperação Internacional Misereor, que está custeando as atividades até o final de 2009. Todos os meses acontecem ações de educação ambiental nos quatro núcleos, além de momentos formativos, com discussões em torno da legislação que mais interessa às comunidades.

Admitindo ter uma postura naturalmente positiva diante dos desafios, a Jurista Marilene Dantas avalia que, mesmo não reunindo todos os que passaram pelo curso, a atuação da Rede tem sido bastante concreta, o que garante qualidade na falta de quantidade. “Principalmente depois que iniciamos o trabalho de educação ambiental, percebemos cada vez mais o envolvimento dos moradores dos bairros por onde passamos. E isso é uma conquista e tanto para celebrar nesta data”, acredita.



Movimento de DH perde Israel Guedes



Um acidente de carro na estrada que liga as cidades de Alagoinha e Alagoa Grande matou o advogado Israel Guedes no último dia 15 de março, deixando o movimento em defesa dos Direitos Humanos na Paraíba um pouco órfão. Israel, que tinha 54 anos, era um dos mais atuantes membros do Fórum de Justiça Social (Forjus). A Fundação registra a perda, lamentando a grande falta que ele fará na Paraíba.

Programação

Local: Sesc Centro, av. Des. Souto Maior, 281, Centro de João Pessoa
Horário: 8h às 11h
Atrações: Artistas Populares de Santa Rita, Bayeux e João Pessoa

Acontece

Abril

5 - Oficina de Cidadania e Direitos Humanos
 26 - Oficina de Políticas Públicas
 27 - Aniversário da Rede de Juristas Populares

Maio

17 - Oficina de gênero
 31 - Oficina de Redação

Junho

14 - São João dos Juristas Populares
 14 e 15 - Módulo de Direito Constitucional

